

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 7.012, DE 2010

Dispõe sobre a proibição do exercício de funções e cargos públicos, bem como, de direção partidária, por ocupantes de cargos eletivos, que tenham contra si condenação penal ou civil.

**Autora:** Deputada SUELI VIDIGAL

**Relator:** Deputado ROBERTO SANTIAGO

### I - RELATÓRIO

A proposição sob análise visa impedir que exerçam funções públicas, durante o período de oito anos, pessoas sobre as quais incidam questionamentos de ordem judicial ou política dos quais decorram a perda de mandatos eletivos ou a imposição de condenações emanadas do Poder Judiciário. Para tanto, são cobertas as seguintes hipóteses:

a) cassação de mandatos ou renúncia ao seu exercício por parte dos respectivos titulares “para se livrarem da cassação”;

b) condenações judiciais em ações penais, civis públicas ou destinadas à apuração de improbidade administrativa.



14DD060A11

Para justificar sua proposição, a ilustre autora assevera ser justo “que o Estado seja dirigido por administradores íntegros e por legisladores probos, que desempenham as suas funções com total respeito aos postulados ético-jurídicos que balizam o exercício legítimo da atividade pública”.

A matéria tramita em regime ordinário e será, por sua natureza, submetida ao Plenário da Câmara dos Deputados, perante o qual poderão ser oferecidas emendas.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Sendo apreciada no esteio de recente projeto de iniciativa popular por meio do qual se pretende impedir que pessoas cuja integridade moral seja questionada possam postular mandatos eletivos, a proposição sob análise demonstra-se oportuna e coerente com os anseios da sociedade. De fato, a proposta identificada nos meios de comunicação por intermédio do apelido “ficha limpa” funda-se em preocupações que são complementadas no projeto ao qual se refere o presente parecer.

Seria mesmo paradoxal que se impedisse o acesso a mandatos eletivos das mesmas pessoas às quais se autorizasse o exercício de funções para as quais o voto popular é dispensado. Não faz nenhum sentido que o político proibido de se candidatar a deputado possa ser nomeado, por exemplo, presidente de uma autarquia federal, razão pela qual se compreendem e se corroboram os propósitos da iniciativa aqui examinada.

De outra parte, acredita-se, dentro do mesmo paralelismo, que devem ser até mais rigorosos os termos da restrição aventada pela nobre autora, quando comparados com o formato final do projeto dito “ficha limpa”. Naquela seara, cuida-se do exercício de funções para cujo acesso a vontade popular é respeitada, razão pela qual as regras podem mesmo ser um pouco menos inflexíveis. Sob o ponto de vista do projeto aqui analisado, a questão merece outro enfoque, porque a aplicação de um rigor menos elaborado poderá



causar prejuízos incalculáveis, visto que não haverá, como naquele outro campo, o crivo popular sobre o ato de nomeação dos alcançados.

Sob esse ponto de vista, acredita-se que a autora caminhou bem quando incluiu entre as hipóteses de impedimento não apenas as pessoas sobre as quais incida a pena de cassação de mandato como também as que evitam essa punição por meio de renúncias melhor descritas como verdadeiras fraudes. Quanto a esse aspecto, basta que se aperfeiçoe o texto original, para evitar que se tenha como elemento componente da hipótese o ânimo da pessoa alcançada.

Com efeito, mantido o texto original, bastaria que, ao assinar a renúncia, aquele que declinou do mandato alegue motivos distintos dos verdadeiros para o seu gesto. Com o intuito de evitar que isso ocorra, o substitutivo que se apresenta para a matéria elimina do comando legal a motivação pessoal da renúncia, substituindo-a pela exigência de que concorra com o ato a iminência de processo voltado à cassação do mandato.

No que diz respeito ao campo em que se efetuam restrições como resultado da condenação imputada como resultado de ações judiciais, acredita-se que também no conteúdo o projeto necessita ser aperfeiçoado. Reproduz-se aqui a discussão quanto à necessidade ou não de se aguardar o trânsito em julgado, objeto de debate na tramitação do “ficha limpa”, para se sustentar que a redação original do projeto sobre o qual incide o presente parecer precisa ser reformulada. Segue-se a linha ali adotada para se aduzir que qualquer condenação de instância superior, “por órgão colegiado” (conforme a fórmula adotada no “ficha limpa”) pode e deve ser considerada.

Ainda com o intuito de aprimorar o projeto, cumpre incluir, entre os feitos dos quais possam resultar restrições, as ações populares, por meio das quais frequentemente são examinados e condenados atos praticados em desacordo com o interesse da sociedade. Sob o mesmo propósito, o substitutivo oferecido à matéria retifica para o título “detentores” ou “ex-detentores” de mandato as pessoas que serão impedidas de acessar os cargos e funções referidos no projeto.



Por tais motivos, vota-se pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo inserido em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado ROBERTO SANTIAGO  
Relator

ArquivoTempV.doc



## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 7.012, DE 2010**

Estabelece restrições para o exercício de cargos e funções públicas, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os detentores e os ex-detentores de mandato eletivo ficam proibidos de exercer cargos e funções nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de direção partidária, quando:

I – forem alcançados por pena de perda de mandato eletivo federal, estadual, distrital e municipal;

II – renunciarem a mandato eletivo federal, estadual, distrital e municipal na iminência da abertura de processo disciplinar do qual poderia resultar a aplicação da pena de perda de mandato;

III – sofrerem condenação proveniente de órgão colegiado, ainda que pendente de recurso, em ações penais, populares, civis públicas ou destinadas à apuração de atos de improbidade administrativa.



Parágrafo único. A proibição vigorará durante oito anos a partir da data da ciência da decisão, nas hipóteses dos incisos I e III do *caput* deste artigo, ou da prática do ato, no caso do inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado ROBERTO SANTIAGO  
Relator

ArquivoTempV.doc

